



Utilize o QrCode ou clique
para acessar nosso portal



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO N.º
5030706-18.2020.8.21.0001

68º Relatório Mensal de Atividades

Competência: novembro/2022
Apresentado em fevereiro de 2023





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

1. Cronograma processual
2. Acompanhamento processual

2. RESUMO

1. Resultados
2. Quadro de colaboradores
3. Fluxo de caixa
4. Endividamento concursal
5. Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
6. Pendências e esclarecimentos
7. Acompanhamento do Administrador Judicial

3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

1. Balanço Patrimonial
2. Demonstrativo de Resultados
3. Fluxo de Caixa

4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL

1. Dívida tributária
2. Bancos credores não sujeitos à RJ

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. Proposta de pagamento
2. Prestação de contas

O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo suas obrigações processuais, com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à CBG é o dia 15 do mês subsequente. Esta Administração Judicial recebeu os documentos de novembro/2022, com atraso, de forma parcial, em 17/01/2023. Os questionamentos enviados em 09/02/2022, não foram respondidos até a finalização deste relatório. Todos os documentos que serviram

de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. ASPECTOS JURÍDICOS – CRONOGRAMA PROCESSUAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	31.01.2023	Aguarda-se cumprimento das obrigações previstas no plano para encerramento do processo.	
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

Eventos ocorridos
 Data estimada

1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

- A decisão do evento 276, proferida em 11.12.2020, concedeu prazo de 15 (quinze) dias à Recuperanda para comprovação do adimplemento integral da classe preferencial líquida inferior a R\$ 70.000,00 e das classes quirografária e ME/EPP referente aos créditos inferiores a R\$ 10.000,00. Recebeu mesmo prazo para apresentar o plano de loteamento do imóvel de matrícula n.º 5.862, a ser destinado aos créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, e indicar a solução a ser dada às rubricas de FGTS devidas à categoria. A decisão também deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. A empresa demonstrou à Administração Judicial a quitação de parte dos créditos determinados, sendo que maiores informações sobre o cumprimento do PRJ poderão ser apreciadas no item "Prestação de Contas" neste relatório.
- Sobre os créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, a Recuperanda se manifestou no evento 299, em 27.01.2021, indicando estar na fase de expedição da licença ambiental. Para tanto, postulou a dispensa da apresentação de determinadas certidões negativas exigidas pelo Registro de Imóveis para individualização dos lotes, o que foi deferido pelo Juízo o evento 306. A mesma situação apresentou quanto ao loteamento do imóvel de matrícula n.º 2.216, destinado ao pagamento dos credores com garantia real e credores aderentes. Recentemente, no evento 340, informou que o processo de individualização das matrículas está em andamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Portão/RS.
- Na decisão do evento 306, além de deferir a dispensa de apresentação das certidões negativas, o Juízo nomeou o Leiloeiro José Santayana para promover a alienação das UPIs, conforme PRJ. O profissional apresentou o edital de leilão no evento 345, estando no aguardo da homologação das datas pelo Juízo e posterior publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
- Acerca dos débitos de FGTS, a Recuperanda se manifestou recentemente no evento 327, indicando ter solicitado adesão ao Programa de Parcelamento MP 899/2019 e Portaria 11.956/2019, estando finalmente habilitada a proceder com o parcelamento das verbas. Informa estar diligenciando junto à PGFN/CEF para efetivação das parcelas.
- Já no evento 326, a empresa reiterou pedido de baixa de constrições judiciais, bloqueios da Fazenda Nacional e alienação de veículos. Sobre as constrições judiciais e bloqueios da Fazenda Nacional, a Administração Judicial apresentou manifestação no evento 342, não se opondo ao pedido. Já sobre o pedido de alienação de bens, postulou maiores esclarecimentos da Recuperanda sobre quais são os bens pretendidos e sua situação atual. A empresa apresentou documentação pertinente ao patrimônio a ser alienado diretamente à Administração Judicial, que se manifestou favoravelmente ao pedido. Não houve deliberação sobre o ponto, nem reiteração do pedido pela Recuperanda.
- Foram realizadas as três chamadas de leilão das UPIs, conforme previsto no PRJ, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI "B" e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI "D". O Juízo acatou a manifestação da Administração Judicial, de modo que, em 29.11.2021, no evento 583, homologou a arrematação da UPI "B" e não homologou a proposta de arrematação da UPI "D". Certificada a ausência de impugnações, o Leiloeiro indicou novas datas para leilão, já acolhidas pelo Juízo: 27.07.2022, 10.08.2022 e 24.08.2022. A UPI remanescente foi alienada na segunda chamada do leilão, em 10.08.2022.
- Na manifestação do evento 836, a Administração Judicial postulou a intimação da Recuperanda, para falar, dentre outros pontos, sobre a regularização dos créditos fiscais estaduais, o parcelamento solicitado junto à CEF quanto às rubricas de FGTS e sobre o andamento das ações objeto do PRJ. A empresa foi intimada e respondeu parcialmente no evento 897, informando que está em contato com a PGE/RS para parcelamento dos débitos fiscais e que está em andamento a solicitação e parcelamento do FGTS junto à PGFN. O andamento das ações objeto do PRJ não foi respondido pela Recuperanda.
- No evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias teve início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS, e no evento 1209 a Recuperanda apresentou o relatório de conclusão do loteamento. No evento 1249 credores trabalhistas apresentaram impugnação à conclusão, acostando laudo e documentos que demonstram estar inacabado o empreendimento. Tais documentos levaram à decisão liminar no agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, desobrigando os credores a receberem os lotes como dação em pagamento. No momento, aguarda-se manifestação da Recuperanda.



1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

HISTÓRICO PROCESSUAL

O processo de recuperação judicial foi convertido em processo eletrônico, atualmente tramitando no sistema e-Proc através do nº. Esta Administração esclarece que o incidente de nº 5018969-18.2020.8.21.0001 trata exclusivamente da dispensa de certidões fiscais para certames públicos. Já os relatórios mensais de atividades podem ser acompanhados através do incidente de nº 5024490-41.2020.8.21.0001, ou ainda, através do site da Administração em www.administradorjudicial.adv.br.

➤ CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

Reiteradamente a Administração Judicial vem postulando por esclarecimentos quanto ao cumprimento do plano, principalmente acerca da regularização do passivo trabalhista líquido em atraso e sobre como a Recuperanda pretende solucionar o depósito das verbas de FGTS.

- **Cessões DNIT:** Importante destacar aos credores que serão pagos por meio de cessão de créditos oriundos de processo judicial movido contra o DNIT, conforme previsto do PRJ aprovado, que a ação tramita na 21ª Vara Cível de Brasília – DF e pode ser consultado através do nº 1006786-67.2017.4.01.3400.
- **Dação em pagamento de lotes:** Noticiado pela Recuperanda, em 25.06.2020, que aguarda anuência da Metroplan acerca do plano de loteamento do imóvel em Portão/RS, com a estimativa de 60 dias para encaminhamento da individualização dos lotes do Registro de Imóveis de Portão/RS. A Recuperanda noticiou na data de 04.08.2021, nos eventos 488 e 489, complementado por outros eventos, o início do “procedimento de quitação” dos credores trabalhistas com créditos superiores a R\$ 70.000,00, mediante cessão dos lotes do Loteamento do Rincão do Cascalho, localizado em Portão/RS. Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- **Fundo para pagamento futuro das verbas trabalhistas ilíquidas:** foi constituído por determinação judicial no valor de R\$ 1.692.000,00, correspondente a 20% do total do valor resultante da anterior alienação de UPI, o qual, nos termos da decisão, *deve ser utilizado exclusivamente para os pagamentos dos créditos ilíquidos até R\$ 70.000,00, na forma que constou no plano*. A comprovação da complementação do fundo ocorreu à fl. 9242 do processo físico.
- **Novas alienações de UPIs:** a decisão do evento 276 deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI “D” pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI “B” por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI “B” e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI “D”, tendo seguido esses termos o Juízo. A UPI “C” foi arrematada em 10.08.2022, estando no aguardo da manifestação da Recuperanda e posterior homologação.
- **Alienação de direito creditório:** em 22/9/2020, a empresa postulou autorização do Juízo para alienação de direito creditório oriundo da execução de sentença n.º 0004314-12.2010.4.01.3900, em trâmite na 5ª Vara da Justiça Federal de Belém do Pará. A Administração Judicial concordou com o pedido, postulando o depósito da verba auferida em conta exclusiva, conforme pedido da empresa. O pedido foi autorizado pelo Juízo, porém a Recuperanda noticiou a desistência do investidor, pelo que buscou empréstimos emergenciais e está dando cumprimento aos pagamentos desde 23/11/2020.
- **FGTS:** a Recuperanda informou estar em processo de adesão ao programa de parcelamento das verbas de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo da análise da solicitação e dos documentos complementares apresentados. Recentemente, no evento 457, referiu que as rubricas de FGTS dos créditos superiores a R\$ 70.000,00 serão pagas por meio dos lotes do imóvel em Portão/RS. Recentemente, a empresa foi intimada para informar sobre o andamento da solicitação, e indicou que está em andamento a solicitação de parcelamento junto à PGNF.

- Maiores informações acerca do cumprimento do plano de recuperação podem ser apreciadas neste relatório no item ‘Prestação de Contas’.



1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

➤ RECURSOS CONTRA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

- Houve o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento de nº 70080729114, promovido pela Plata Securitizadora S/A, em que apresentada irresignação contra a decisão que homologou o plano apresentado e concedeu a Recuperação Judicial.
- Os recursos movidos pelo Banco do Brasil S/A em face da homologação do plano de recuperação judicial aprovado tiveram o seguinte deslinde: agravo de instrumento de nº 70073250235 não provido; recurso especial nº 70076374115 não admitido; agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS não conhecido; e agravo interno no agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS desprovido.
- O agravo de instrumento de nº 70073235962, interposto por Banco Caterpillar S/A, igualmente contra a homologação do plano de recuperação, foi improvido ainda em 2018 com trânsito em julgado no mesmo ano.
- Não diferem os resultados obtidos pelo Banco Bradesco S/A nos recursos aviados contra a homologação do plano: agravo de instrumento de nº 70073470510 negado provimento; embargos de declaração não acolhidos, recurso especial não admitido, e agravo em recurso especial de nº 70077898096 não conhecido pela intempestividade, já com trânsito em julgado.

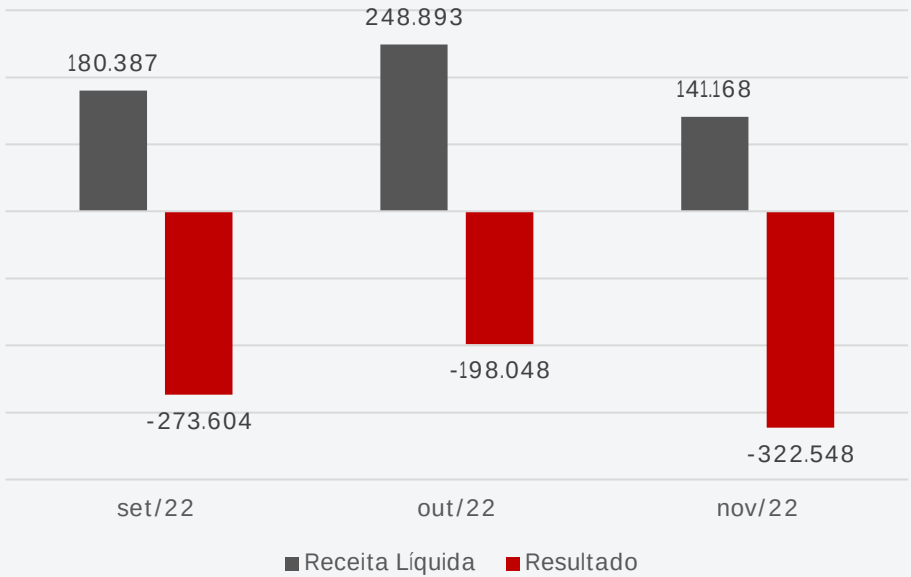
medeiros²



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RESULTADOS

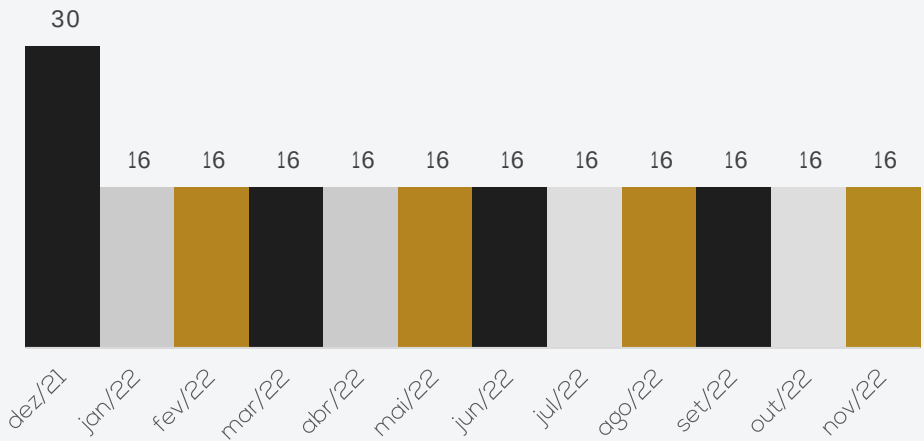
Receita Líquida e Resultado (R\$)



Em novembro/2022, a receita líquida totalizou R\$ 141,1 mil, ou seja, um decréscimo de 43%, devido à redução de venda de pedra britada (R\$ 23,4 mil). Além disso, houve receita com a locação de equipamentos para a Planaterra (R\$ 130 mil). O prejuízo do mês foi de R\$ 322.548,28, motivado pelos custos elevados e despesas da operação. O ano de 2022, acumula resultados negativos de R\$ 3.498.403,15. Ainda, há um pedido de correção monetária dos reajustes que foram pagos com atraso, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, pertinente à AGESUL. Conforme relatado pela Recuperanda, o assunto estaria tramitando no jurídico da AGESUL, pois se posicionaram contra ao pagamento da correção, previsto em contrato. No entanto, diante da falta de solução, a CBG vai cobrar de forma judicial. Em dezembro, a CBG apresentou nova cobrança com atualização de valores, esclarecendo o pedido com base no contrato assinado. A cobrança ainda não foi judicializada.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de Funcionários



Em novembro/2022, não houve admissões ou demissões, finalizando o período com 16 colaboradores. Destes, 01 é funcionário ativo e 15 estão afastados. O funcionário ativo desempenha a função de servente de obras.

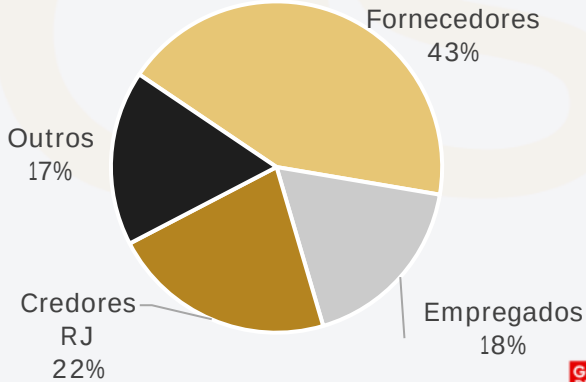
Salienta-se que os encargos sociais da folha de pagamento estão inadimplentes e a CBG parcelou os salários atrasados em 10 vezes, os quais já foram quitados.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas, recebimentos de saldo de obras já finalizadas e venda de pedra britada. Os pagamentos são direcionados, majoritariamente, ao pagamento de fornecedores, credores da RJ e empregados.

FLUXO DE CAIXA NOVEMBRO/2022	VALORES EM R\$
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-382.380,30
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-4.255,96
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	382.575,16
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.061,10
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	9.440,95
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	5.379,85

Pagamentos novembro/2022



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ENDIVIDAMENTO CONCURSAL

O endividamento concursal apresentado pela recuperanda é de **R\$ 185.402.673,85**.

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,69%
Trabalhista	455	46,33%	18.767.983,20	10,12%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,92%
Quirografário	381	38,80%	148.716.705,39	80,21%
Microempresa	141	14,36%	7.525.875,22	4,06%
Total	982	100%	185.402.673,85	100%

Principais credores:

CLASSE	CREDOR	VALOR
CLASSE III	BANCO BANRISUL S/A	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL S/A	23.794.225,18
CLASSE III	FUNDO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	20.452.074,97

PENDÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

A Recuperanda explicou que o parcelamento de IPTU permanece ativo. De acordo com a empresa, o estoque não estava sendo ajustado mensalmente na contabilidade devido à baixa movimentação, e que a partir de então, será ajustado. Em relação à posição dos bancos credores, não possuem operações financeiras com bancos atualmente e os anteriores à RJ permanecem com os mesmos valores. **Salienta-se que os documentos pertinentes à BGSE, de novembro/2022, foram disponibilizados pela Recuperanda após a finalização deste relatório e a análise seguirá na próxima competência.**

Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Classe I – Ainda seguem pendentes de quitação de R\$ 1.816.444,73 relativo aos credores até R\$ 70 mil e o montante de R\$ 7.469.795,60 relativo aos credores acima de R\$ 70 mil, além dos créditos ilíquidos em discussão.

➤ **Classe II** – Não houve, até o momento de confecção deste relatório, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real. A CBG está tomando providências no processo para entrega das garantias aos credores.

➤ **Classe III** – 108 credores, com créditos até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado. Destacamos que há em atraso o valor de R\$ 2,3 milhões correspondente a 61 parcelas + correção monetária. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Banrisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 61 parcelas está em atraso.

➤ **Classe IV** – 53 credores tiveram seu valor principal quitado, restando o pagamento da correção monetária, e 15 credores estão com 61 parcelas em atraso, totalizando R\$ 86.384,14. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram notificados da cessão de crédito.

Em decisão prolatada no evento 276 dos autos, foi concedido à Recuperanda o prazo de 15 dias para comprovar à Administradora Judicial a quitação da classe preferencial líquida até R\$ 70 mil e das classes quirografária e ME/EPP até R\$ 10 mil. No prazo, também foi determinada a apresentação dos planos de loteamento do imóvel aos credores preferenciais acima de R\$ 70.000,00 e a solução a ser dada ao FGTS. O prazo foi encerrado em 12.02.2021, tendo a empresa apresentado a quitação de parte dos créditos determinados e prestado esclarecimentos sobre os demais tópicos.

- Atualmente, para prosseguimento do cumprimento integral do PRJ aprovado e homologado, aguarda-se a alienação das UPIs nos autos da recuperação judicial. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. Seguindo o posicionamento da Administração Judicial, o Juízo homologou a arrematação da UPI B e deixou de homologar a proposta de compra da UPI D. A UPI C foi alienada em 10.08.2022.
- Em recente manifestação, a empresa informou estar em andamento no Registro de Imóveis de Portão/RS a individualização das matrículas do loteamento do imóvel destinado aos credores trabalhistas de R\$ 70.000,00. Ainda, esclareceu ter aderido ao parcelamento dos débitos de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo dos trâmites internos do órgão.
- Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- Por fim, necessário que seja aguardado também o deslinde dos processos judiciais cujos direitos creditórios foram cedidos em pagamento aos credores quirografários e de ME/EPP.



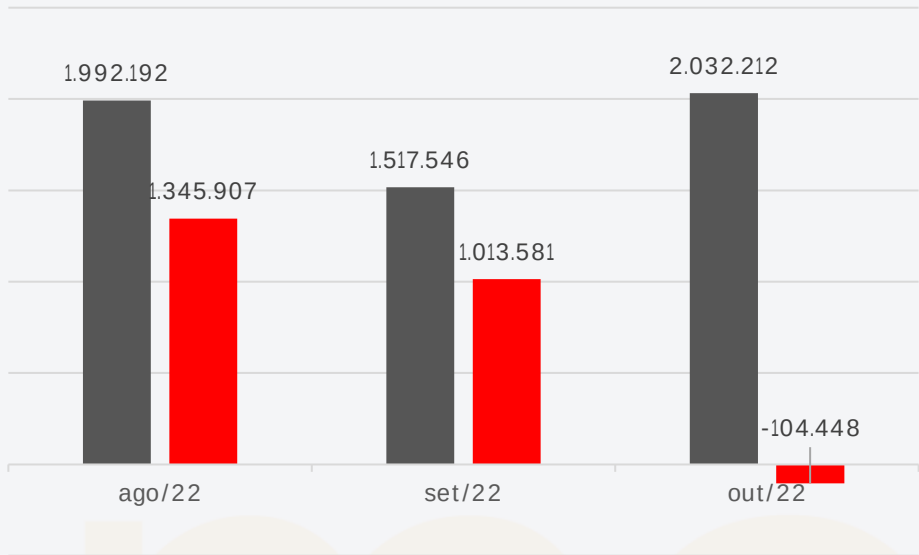
2. RESUMO - BGSE CONSTRUÇÕES LTDA

A BGSE Construções é uma subsidiária da empresa Construtora Brasília Gualba, com CNPJ nº 35.185.193/0001-87, ativo desde 15/10/2019. Conforme informações prestadas pela CBG, o faturamento da Companhia, está sendo direcionado para a BGSE. Além disso, foi noticiado que em janeiro/2022 houve transferência dos funcionários da CBG para a BGSE.

Salienta-se que os documentos pertinentes à BGSE, de novembro/2022, não foram encaminhados pela Recuperanda até a finalização deste relatório. O relatório do mês anterior não contemplava a análise da BGSE de setembro e outubro/2022, pois os documentos não foram enviados em tempo hábil. A análise segue no relatório atual.

RESULTADOS

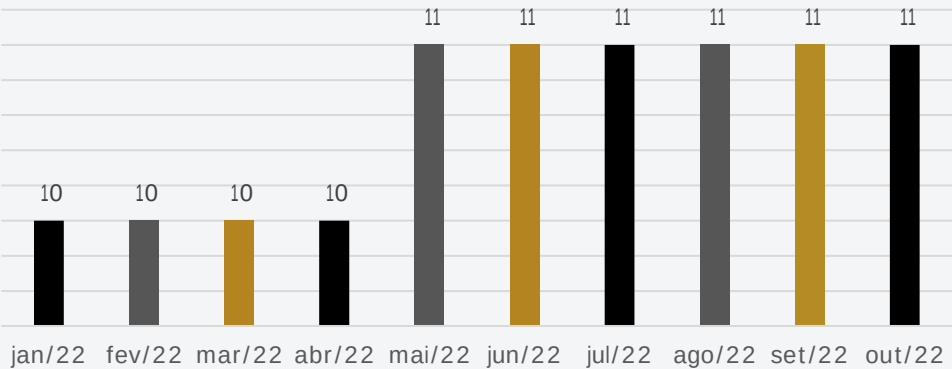
Receita Líquida e Resultado (R\$)



O mês de setembro exibiu um decréscimo de 24% e outubro um acréscimo de 35%, O motivo pela variação, não foi esclarecido pela BGSE. Com isso, setembro apresentou lucro de R\$ 1.013.580,84, motivado pela redução dos custos e despesas. Além disso, o IR e CSLL apresentaram valor positivo no DRE, devido aos estornos realizados por erros de apuração. Em outubro, o resultado foi negativo de R\$ 104.447,62, resultante do aumento expressivo dos custos e despesas no mês. O ano de 2022 acumula lucro de R\$ 3.827.815,26.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de funcionários



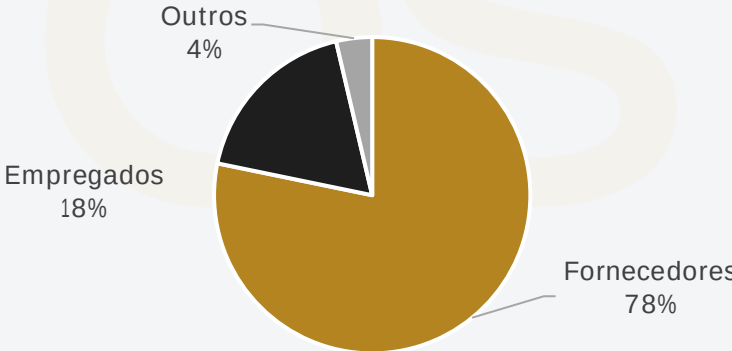
A BGSE informou, que possui, 11 funcionários, sendo que 10 foram transferidos da CBG em janeiro/2022 e 01 foi contratado em maio/2022, todos pelo regime de contratação CLT. Conforme destacado pela empresa, o quadro de colaboradores está distribuído em 07 funcionários do administrativo, 01 motorista, 01 mecânico, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 auxiliar de limpeza. Ainda, informou que os salários e encargos estão em dia.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a BGSE tem mantido uma linha regular de faturamento, o que tem sustentado a operação da empresa. Além do cumprimento das suas obrigações mensais, especialmente com fornecedores e empregados, a empresa direciona aportes de valores, em sua maior parte, para a CBG.

FLUXO DE CAIXA OUTUBRO/2022		VALORES EM R\$
(<=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		844.627,14
(<=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos		-
(<=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos		-780.647,85
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		63.979,29
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		1.421.708,05
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		1.485.687,34

Pagamentos



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em 01 de novembro de 2022, reuniram-se de forma virtual os representantes da Administração Judicial e da Recuperanda para atualizar as informações operacionais e financeiras da Construtora Brasília Guaíba.

Inicialmente, a Administração Judicial questionou como estariam as atividades e a CBG informou que estão fluindo normalmente, com as obras de Ivorá e Tupanciretã, sendo que não possuem novas obras. A principal dificuldade encontrada é com a demora para efetivar o parcelamento junto à PGFN, pois o mesmo não libera sem as baixas do FGTS. Sendo assim, solicitaram baixa do FGTS, contudo, Caixa Econômica Federal informou que essa solicitação deve ser de forma judicial. Quanto aos saldos de serviços a faturar, não possuem previsão para liberação dos mesmos. A empresa explicou que existem pequenos valores de clientes em aberto, que já consideram como perdidos.

A Recuperanda relatou que estão conseguindo se manter com o caixa gerado, visto que não há atrasos de honorários, salários e despesas. Estão em negociação de valores antigos, referente às dívidas extraconcursais. Além disso, será necessária a troca de empreiteira, pois a Conpasul não está prestando o serviço por desentendimentos comerciais. Anteriormente, os materiais eram comprados pela Conpasul, no entanto, a partir de setembro/2022, serão lançados diretamente na BGSE. Ainda estão definindo uma nova empreiteira, e assim que possível, a Administração Judicial será comunicada.

A empresa informou que há perspectivas para novas obras com o DAER, que seriam confirmadas no mês de novembro/2022. No entanto, até a finalização deste relatório, a Administração Judicial não recebeu a informação. A Recuperanda está trabalhando na elaboração do relatório e levantamento dos itens estocados e ativo imobilizado, com previsão até final de 2022. Contudo, destaca-se que ocorreu um incêndio em Portão, resultando na perda de parte dos itens.

A CBG confirmou que o parcelamento do IPTU permanece ativo e que os salários estão em dia. Referente ao cumprimento do plano, alguns trabalhistas estão aguardando sentenças judiciais e alguns casos negociados com o credor. Ressaltaram que o juiz da RJ concedeu o prazo de 70 dias para finalizar o loteamento, que será utilizado para pagamento de credores trabalhistas, e a empresa está concentrando seus esforços para isso.

A Administração Judicial solicitou o envio dos contratos dos seguintes prestadores de serviços na CBG: William Mendes da Rocha Advogados; Rosangela Benetti Almeida Advogados e Consultores Associados; João Carlos e Fernando Scalzilli ADV e Associados; Almeida, Costa e Pinheiro Sociedade de Advogados; e Alves, Prisco & Advogados Associados. Contudo, a Recuperanda informou que não possui contrato firmado com esses prestadores. Ainda, na BGSE, não possui contratos com Rodrigo Souza Ataíde Eireli e VTR Construtora.



2. RESUMO- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Empreendimento destinado para pagamento dos credores trabalhistas:

Conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial, os credores trabalhistas, cuja totalidade do crédito seja superior a R\$ 70.000,00, receberão a integralidade e totalidade de seus créditos através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão. No dia 27/09/2022 a Administração Judicial realizou visita técnica até o local do empreendimento. De acordo com informações prestadas pelo engenheiro que acompanhou a visita, a empresa pretendia efetuar a compra dos postes para instalação da rede elétrica. Ainda, destacou que as matrículas estavam todas prontas e que estavam em busca dos credores para alterar a titularidade. As imagens abaixo refletem o empreendimento na data da visita. Ressalta-se, no entanto, que em dezembro/2022 foi apresentado relatório de conclusão do empreendimento.



2



2. RESUMO– CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda em 31/08/2022, do estoque de pedra britada:



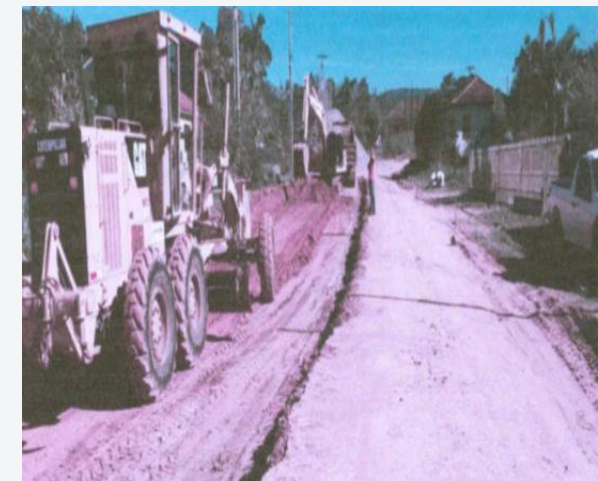
Embora solicitado pela Administração Judicial, fotos atualizadas dos estoques, as mesmas não foram encaminhadas até a finalização deste relatório.



2. RESUMO- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda em 31/10/2022, referente às obras em andamento na BGSE, de Ivorá:



Imagens enviadas pela Recuperanda em 31/10/2022, referente às obras em andamento na BGSE, de Tupanciretã:



Embora solicitado pela Administração Judicial, fotos atualizadas das obras, as mesmas não foram encaminhadas até a finalização deste relatório.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG

BALANÇO PATRIMONIAL		set/22	out/22	nov/22
ATIVO	CIRCULANTE	34.668.738	34.716.994	34.669.042
	Caixas e bancos	1.392	5.185	5.380
	Aplicações financeiras	4.146	4.256	
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	40.817	40.817	40.817
	Adiantamentos a terceiros	3.124.376	3.173.730	3.128.741
	Demais contas e valores a receber	950.693	945.693	946.791
	NÃO CIRCULANTE	28.565.002	28.637.397	28.757.427
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.287.763	2.360.158	2.480.188
	Investimentos	15.538.859	15.538.859	15.538.859
	Imobilizado	8.258.069	8.258.069	8.258.069
	TOTAL DO ATIVO	63.233.740	63.354.390,41	63.426.469,54
BALANÇO PATRIMONIAL		set/22	out/22	nov/22
PASSIVO	CIRCULANTE	22.950.217	22.918.711	22.908.615
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.159.362	5.163.748	5.189.544
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.106.928	6.122.799	6.143.657
	Provisões trabalhistas	24.247	24.851	16.560
	Obrigações fiscais	2.877.462	2.911.715	2.938.680
	Demais contas a pagar	1.924.918	1.843.268	1.773.744
	Parcelamentos	3.546.410	3.541.439	3.535.540
	NÃO CIRCULANTE	33.477.923	33.828.126	34.232.850
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.456.389	3.473.416	3.490.458
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	549.488	553.016	557.192
	Parcelamentos impostos	8.581.594	8.582.570	8.583.500
	Partes relacionadas	18.203.412	18.532.084	18.914.659
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.805.601	6.607.553	6.285.005
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720
	Prejuízos acumulados	-36.898.663	-36.898.663	-36.898.663
	Resultado do exercício em curso	-2.977.807	-3.175.855	-3.498.403
	TOTAL DO PASSIVO	63.233.740	63.354.390	63.426.469,54

Disponibilidades: compreende valores em espécie (R\$ 4,3 mil) e bancos conta movimento (R\$ 981,10). O decréscimo de R\$ 4 mil se deu pela utilização do saldo das aplicações financeiras. As principais movimentações das disponibilidades, conforme relatório razão, foram com transferências de mutuo entre BGSE, recebimento de clientes, pagamento a prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e pagamento a credores da RJ. Os extratos bancários não foram enviados.

Contas a receber: compreende, em sua maior parte, valores a receber Secretaria do Tesouro (R\$ 17,7 mil), Corsan (R\$ 431,6 mil) e PMC RS (R\$ 340,1 mil. A rubrica não apresenta variação de saldo desde junho/2022. Ainda, a CBG não informou se o total em aberto é real e qual a previsão para recebimento. Desta forma, o assunto será retomado na próxima competência.

Adiantamentos a Terceiros: engloba, unicamente, adiantamento a fornecedores. O maior volume de baixas do mês (R\$ 61,7 mil), comparado aos novos adiantamentos (R\$ 16,7 mil), motivou a retração de 1%. As principais baixas foram dos fornecedores Manuel Justino Bezerra (R\$ 30 mil), que elaborou nota técnica para apresentação em processo; Julio Cesar de Freitas (R\$ 10 mil); e Comsul (R\$ 9,7 mil). A CBG não possui relatório de controle dos adiantamentos, impossibilitando atestar o saldo nas demonstrações. A respeito da data estimada para a regularizar o saldo de R\$ 3 milhões, bem como o motivo para ainda não ter sido baixado, em outro momento, a Recuperanda afirmou que continua exigindo aos fornecedores a nota fiscal para baixa, inclusive na via judicial, como no caso da empresa Preconcretos. Adicionou, ainda, que normalmente realiza adiantamento a título de mobilização de obra, para depois ser descontado na prestação de serviço, motivo das movimentações mensais e saldo remanescente. Quando questionada, na elaboração deste relatório, se há alguma atualização sobre o assunto, a empresa não retornou.

Demais contas e valores a receber: o acréscimo de R\$ 1 mil reais, se deu pelo adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro. Compreende, saldos de impostos a recuperar (R\$ 944,6 mil) e créditos a funcionários (R\$ 2,1 mil).

Partes Relacionadas: o acréscimo de 5%, foi motivado pelos pagamentos de créditos ilíquidos da Recuperação Judicial. O motivo pelos pagamentos estarem sendo alocados nessa conta, não foi esclarecido. Destacamos que em dezembro/2021, ocorreu baixa expressiva na conta da CBG Ativos. A empresa relatou que se refere a um crédito quirografário do CCB/BIC, que foi baixado e transferido para CBG-AP devido à perda da condição de extraconcursal para quirografário. Nos eventos 544, 557 e 639, a Administração Judicial se manifestou de maneira contrária à pretensão da empresa em incluir o banco como credor concursal. No evento 880, o Juízo entendeu pela legitimidade da Recuperanda para ingressar com o pedido de habilitação do crédito na recuperação judicial, devendo a empresa adotar as providências que entender pertinentes.

Investimentos e Imobilizado: no período não houve movimentações, visto que a Recuperanda lança a depreciação anual. De acordo com a empresa, o inventário do imobilizado não foi concluído e a previsão para finalização era até o final de 2022, no entanto, o mesmo não foi encaminhado até a finalização deste relatório. Em outro momento, quando questionada se o saldo contabilizado corresponde à realidade, diante da ausência de inventário de bens, a Recuperanda informou que podem haver distorções em razão de bens sucateados, uma vez que a posição registrada é de 2015. Adicionou, ainda, que os bens, em sua maioria, estão localizados na Pedreira de Camaquã e na Central de Equipamentos em Portão.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG

BALANÇO PATRIMONIAL		set/22	out/22	nov/22
ATIVO	CIRCULANTE	34.668.738	34.716.994	34.669.042
	Caixas e bancos	1.392	5.185	5.380
	Aplicações financeiras	4.146	4.256	
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	40.817	40.817	40.817
	Adiantamentos a terceiros	3.124.376	3.173.730	3.128.741
	Demais contas e valores a receber	950.693	945.693	946.791
	NÃO CIRCULANTE	28.565.002	28.637.397	28.757.427
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.287.763	2.360.158	2.480.188
	Investimentos	15.538.859	15.538.859	15.538.859
	Imobilizado	8.258.069	8.258.069	8.258.069
	TOTAL DO ATIVO	63.233.740	63.354.390,41	63.426.469,54
BALANÇO PATRIMONIAL		set/22	out/22	nov/22
PASSIVO	CIRCULANTE	22.950.217	22.918.711	22.908.615
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.159.362	5.163.748	5.189.544
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.106.928	6.122.799	6.143.657
	Provisões trabalhistas	24.247	24.851	16.560
	Obrigações fiscais	2.877.462	2.911.715	2.938.680
	Demais contas a pagar	1.924.918	1.843.268	1.773.744
	Parcelamentos	3.546.410	3.541.439	3.535.540
	NÃO CIRCULANTE	33.477.923	33.828.126	34.232.850
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.456.389	3.473.416	3.490.458
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	549.488	553.016	557.192
	Parcelamentos impostos	8.581.594	8.582.570	8.583.500
	Partes relacionadas	18.203.412	18.532.084	18.914.659
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.805.601	6.607.553	6.285.005
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720
	Prejuízos acumulados	-36.898.663	-36.898.663	-36.898.663
	Resultado do exercício em curso	-2.977.807	-3.175.855	-3.498.403
	TOTAL DO PASSIVO	63.233.740	63.354.390	63.426.469,54

Fornecedores: engloba saldos a pagar a fornecedores (R\$ 3,3 milhões), sub empreiteiros (R\$ 769,3 mil) e retenções contratuais (R\$ 1 milhão). O acréscimo de R\$ 25,7 mil, foi motivado pelo maior volume de compras a prazo. Os principais fornecimentos foram com Manuel Justino (R\$ 60 mil), Alves, Prisco e Adv (R\$ 20 mil) e Comsul (R\$ 19,5 mil). Além disso, houve contratação dos sub empreiteiros Cassiano Alvares (R\$ 15 mil), Camila Caroline (R\$ 12,6 mil) e Instaladora elétrica (R\$ 8,6 mil), que foram pagos a vista.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: o acréscimo se deu, em sua maior parte, pela apropriação de juros e correção monetária do INSS em atraso. O período registrou pagamento de salários, rescisões e encargos incidentes. Os principais saldos em aberto são de INSS (R\$ 4,4 milhões), FGTS (R\$ 956,9 mil) e salários (R\$ 263,1 mil). No longo prazo, houve apropriação de atualização monetária do parcelamento com o SESI (R\$ 3,3 mil) e SENAI (R\$ 812,02), justificando a variação. Conforme informado em questionamentos anteriores, os salários em atraso foram quitados. No entanto, quando questionada sobre a que se refere os saldos em balancete de salários (R\$ 263,1 mil) e rescisões (R\$ 234,9 mil), a empresa não se manifestou.

Obrigações Fiscais: compreende, especialmente, COFINS (R\$ 1 milhão), impostos retidos (R\$ 666,9 mil) e obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 402,4 mil). O acréscimo de 1%, foi resultante da inadimplência dos tributos. No longo prazo, o aumento do saldo foi resultante da apropriação de juros s/ retenção do ISS (R\$ 17 mil).

Demais contas a pagar: a redução de 4%, foi motivada, em sua maior parte, pelo pagamento a Planaterra (R\$ 44,1 mil) alocado na conta da CEEE, o qual a Planaterra assumiu a responsabilidade do parcelamento da dívida de energia de Camaquã; amortização de parcelamento de conta da CEEE (R\$ 9,6 mil); e pagamento do processo 00208-40.2018.5.04.0026 de Rosane Teresinha (R\$ 7 mil).

Parcelamentos: contemplam os parcelamentos simplificados, PERT e IPTU do município de Portão/RS, que foi negociado em agosto/2020 e refere-se aos lotes que serão disponibilizados para pagamento da Classe Trabalhista acima de R\$ 70 mil, conforme plano de recuperação judicial. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,5 milhões (rubrica **Parcelamento de Impostos**) no longo prazo, pois, segundo a empresa, será efetuado novos parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN, e o saldo será ajustado para a nova composição dos valores. O decréscimo de R\$ 5,8 mil, no curto prazo, foi decorrente das amortizações do parcelamento municipal (R\$ 3,3 mil) e parcelamento junto a PGFN (R\$ 3,4 mil). Além disso, houve apropriação de juros s/ parcelamentos em atraso com o Sesi, Senai e CFEM.

Partes Relacionadas: compreende saldos de BGSE Construções (R\$ 10,5 milhões), Brasília Guaíba Investimentos (R\$ 6,4 milhões), André Loiferman (R\$ 1,2 milhões) e ALOI Participações (R\$ 617,3 mil). O acréscimo de 2% foi decorrente, em sua maior parte, dos aportes recebidos da BGSE (R\$ 945,9 mil) e da BGI (R\$ 59,1 mil). Além disso, houve pagamentos na monta de R\$ 622,4 mil.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE CBG

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	set/22	out/22	nov/22	2022
Faturamento	191.953	264.157	153.423	1.641.174
Deduções sobre vendas	-11.565	-15.264	-12.255	-107.757
RECEITA LÍQUIDA	180.387	248.893	141.168	1.533.418
CUSTOS	-135.748	-226.331	-146.535	-1.871.073
CUSTOS DIRETOS	-102.767	-84.751	-103.870	-1.128.219
Materiais diretos	-67.181	-46.915	-8.300	-484.061
Mão de obra direta	-1.247	-1.373	-3.692	-102.130
Serviços empreitados	-18.145	-31.990	-72.080	-407.668
Equipamentos de produção	-16.194	-4.473	-19.798	-134.360
CUSTOS INDIRETOS	-32.982	-141.580	-42.665	-742.854
Material indireto	-2.875	-112.418	-24.817	-207.867
Mão de obra indireta	-	-3.103	-	-12.035
Outros custos indiretos	-30.107	-26.059	-17.847	-522.952
LUCRO BRUTO	44.639	22.562	-5.367	-337.655
DESPESAS	-318.243	-220.609	-317.182	-3.160.748
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-212.743	-138.476	-231.173	-2.127.679
Despesas com pessoal	-56.087	-23.578	-4.378	-271.695
Ocupação, comunicação e energia	-9.005	-2.288	-2.448	-115.476
Serviços de terceiros	-122.623	-69.606	-137.616	-1.381.865
Despesas c/ veículos adm.	-10.001	-3.025	-12.206	-52.432
Outras despesas	-12.861	-38.052	-67.904	-241.062
Despesas não dedutíveis	-2.165	-1.927	-6.621	-62.673
EVENTOS FINANCEIROS	-106.549	-71.949	-85.079	-979.071
Despesas financeiras	-106.774	-72.058	-80.823	-982.510
Receitas financeiras	224	110	-4.256	3.439
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-11.071	-10.188	-13.050	-89.436
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	12.120,00	3	12.120	35.439
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	12.120	10	12.120	24.250
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	-7	-	-7
RESULTADO	-273.604	-198.048	-322.548	-3.498.403,15

Faturamento: o mês apresentou decréscimo de 43%, devido a redução de venda de pedra Britada (R\$ 23,4 mil). Além disso, houve receita com a locação de equipamentos para a Planaterra (R\$ 130 mil).

Deduções sobre vendas: compreende, unicamente, impostos s/ vendas (R\$ 12,2 mil).

Custos: engloba custos diretos (R\$ 103,8 mil) e custos indiretos (R\$ 42,6 mil). Os principais motivos que levaram ao decréscimo de 35%, foram o menor volume de aquisição de materiais indiretos (R\$ 24,8 mil) e retração dos custos com honorários de advogados e consultorias, alocados em outros custos indiretos.

Despesas Gerais Administrativas: compreende, em sua maior parte, serviços de terceiros (R\$ 137,6 mil), despesas legais e judiciais (R\$ 63,2 mil) e despesas com veículo do administrativo. As despesas com serviços prestados e judiciais, motivaram o acréscimo de 67%. Em meio aos principais prestadores, estão Manuel Justino Bezerra (R\$ 60 mil) resultante do lançamento de duas notas no mês, porém de competências diferentes; Alves, Prisco & Adv (R\$ 20 mil) também referente ao lançamento de duas competências; e Flávio Luz e advogados (R\$ 10,6 mil). As despesas judiciais, foram, principalmente, com custas dos processos da CBG contra a União (R\$ 39,6 mil), Prefeitura Municipal de São Paulo (R\$ 14,3 mil) e Banco Bradesco (R\$ 9,2 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 85.078,63, principalmente, pelos juros s/ tributos (R\$ 73,9 mil) e juros s/ parcelamentos (R\$ 5 mil).

Despesas tributárias: compreende taxas (R\$ 8,9 mil), em sua maioria, de registros de imóveis que motivou o acréscimo de 28% do mês e parcelamento do IPTU (R\$ 4,1 mil).

Outras receitas Operacionais: contempla receita gerada por crédito de ISSQN de R\$ 12,1 mil, referente ao processo 001/1.16.0043743-6 do DAER.

Resultado: o prejuízo do mês foi de R\$ 322.548,28, motivado pelos custos elevados e despesas da operação. O ano de 2022, acumula resultados negativos de R\$ 3.498.403,15.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC CBG

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL (R\$)	set/22	out/22	nov/22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	191.953	264.157	153.423
(+) Recebimento por ressarcimento de despesas	12.120	-	12.120
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-44.556	-76.884	-16.756
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-193.541	-136.676	-184.882
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-49.112	-121.827	-11.433
(-) Pagamento a Credores	-13.429	-10.790	-16.737
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-9.443	-18.571	-63.257
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-11.173	-7.873	-7.024
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-21.689	-15.399	-16.794
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-54	-2.417	-4.200
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-3.364	-564	-364
(-)Pagamento de Fundo de Garantia	-7.739	-19.448	-2.757
(-)Pagamento de Previdência Social	-289	-1.655	-3.719
(-) Pagamento Locações e Alugueis	-11.151	-5.187	-1.512
(-) Pagamento de Tributos Municipais Empresa	-5.436	-7.411	-4.105
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa	-4.914	-3.588	-4.558
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-	-62	-16
(-) Pagamento Tributos federais retidos na fonte	-4.047	-617	-3.008
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-2.206	-2.937	-9.649
(-) Pagamento Deposito Recursal Trabalhista	-	-	-
(-) Pagamento Homologação Trabalhista	-69.617	-69.617	-69.617
(-) Pagamento de Parcelamento simplificado	-3.403	-3.438	-3.470
(-) Pagamento de Parcelamento Estadual	-	-	-
(-) Pagamento de Parcelamento Municipal	-2.741	-3.313	-3.313
(-) Pagamento Funcionários Credores da Recup. Judicial	-12.131	-72.395	-120.031
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-265.962	-316.512	-381.659
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.020	-1.256	-708
(-) Pagamento Juros e Multas	-12.413	-3.059	-14
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	-279.395	-320.827	-382.380
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras	224	110	-4.256
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	224	110	-4.256
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	279.408	324.620	382.575
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	279.408	324.620	382.575
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	237	3.903	-4.061
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	5.301	5.538	9.441
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	5.538	9.441	5.380

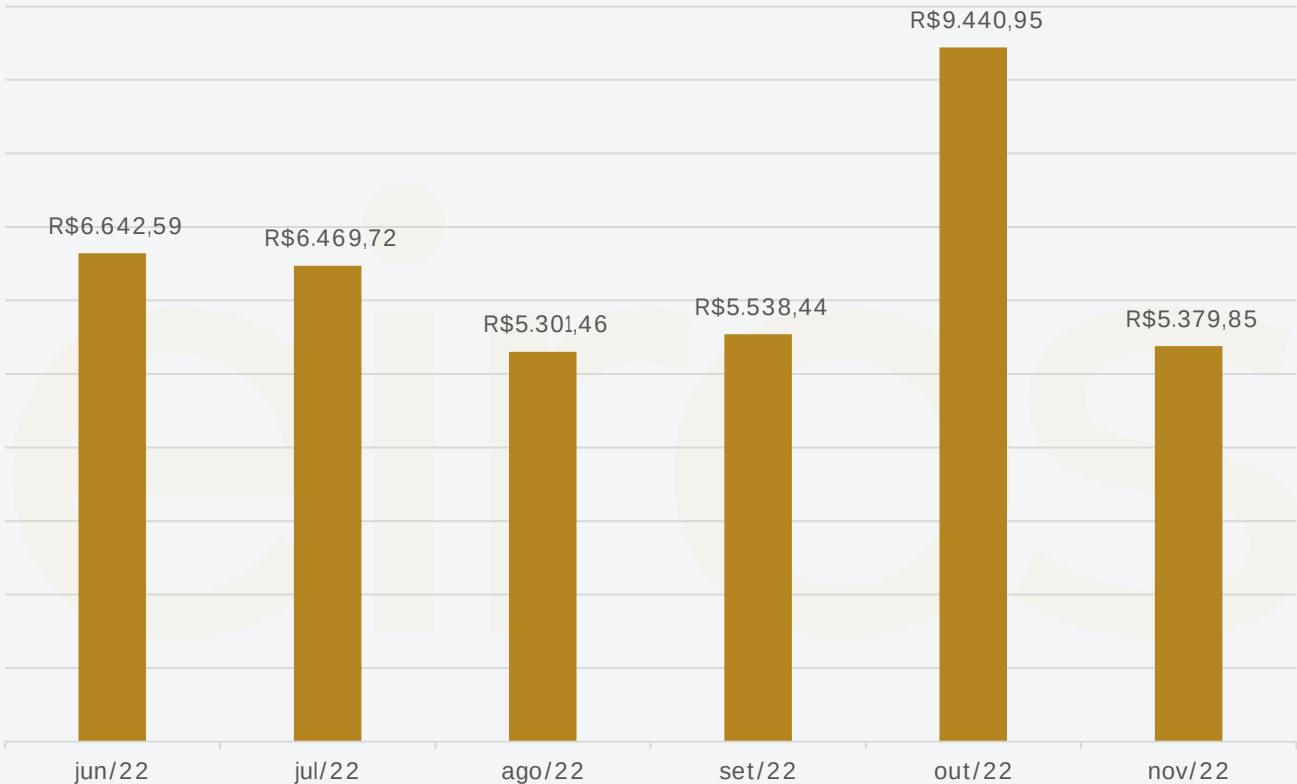
Atividades operacionais: em novembro, o caixa operacional foi negativo de R\$ 382,3 mil, principalmente, pelos pagamentos a fornecedores (R\$ 196,3 mil), créditos trabalhistas da RJ (R\$ 120 mil) e homologações trabalhistas (R\$ 69,6 mil). As entradas foram, com recebimento de clientes (R\$ 153,4 mil) e receita gerada por crédito de ISSQN (R\$ 12,1 mil).

Atividades de investimento: as atividades de investimento foram negativas, devido a utilização do valor aplicado (R\$ 4,2 mil).

Atividades de financiamento: o caixa do mês foi financiado, principalmente, dos aportes cedidos pela BGSE Construções, no valor líquido de R\$ 382,5 mil.

O saldo disponível ao final do período, conforme demonstrações apresentadas, é de R\$ 5,3 mil, que confere com as disponibilidades no balanço patrimonial.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE

BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		ago/22	set/22	out/22
ATIVO	CIRCULANTE	2.938.340	3.954.263	4.916.088
	Disponível	513.692	1.421.708	1.485.687
	Contas a receber	6.000	6.000	6.000
	Serviços a faturar	2.112.463	1.602.564	2.170.788
	Adiantamentos a terceiros	277.047	380.131	729.458
	Demais contas e valores a receber	29.139	543.861	524.154
	NÃO CIRCULANTE	19.308.320	19.579.066	19.894.370
	Partes relacionadas	8.752.724	9.288.813	9.869.461
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	10.255.596	9.990.253	9.724.910
TOTAL DO ATIVO		22.246.660	23.533.329	24.810.458
BALANÇO PATRIMONIAL		ago/22	set/22	out/22
PASSIVO	CIRCULANTE	3.227.357	3.500.445	5.188.112
	Fornecedores	88.343	92.058	1.569.184
	Obrigações sociais e trabalhistas	220.946	202.138	201.908
	Obrigações fiscais	501.857	285.998	414.012
	Provisões	673.720	115.128	115.687
	Demais contas a pagar	602.963	602.963	615.083
	Parcelamentos	195.365	1.965.624	2.237.599
	Sociedade em conta de participação	944.163	236.536	34.640
	NÃO CIRCULANTE	561.431	561.431	255.341
	Parcelamentos impostos	561.431	561.431	255.341
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.539.189	19.471.452	19.367.005
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
	Lucros ou Prejuízos acumulados	529.189	529.189	529.189
	Resultado do exercício em curso	-	3.932.263	3.827.816
TOTAL DO PASSIVO		19.327.978	23.533.329	24.810.458

Salienta-se que os documentos pertinentes a BGSE, de novembro/2022, foram disponibilizados após finalização deste relatório e a análise seguirá na próxima competência. O relatório do mês anterior, não contemplava a análise da BGSE de setembro e outubro/2022, pois os documentos não foram enviados em tempo hábil.

Disponível: contempla, ao final de outubro, valores em espécie (R\$ 312,19), Banco Copesa (R\$ 110,2 mil) e Banco ABC (R\$ 1,3 milhão). Setembro e outubro, exibiram acréscimos sucessivos de 177% e 5%, motivados pelos aumentos do saldo do Banco ABC em ambos os períodos, devido aos recebimentos de clientes. Conforme relatório razão, as principais movimentações foram com operações de mutuo, pagamento a fornecedores, transferências para a Conpasul e recebimentos do DAER. Os extratos bancários, atestam os saldos em balancete.

Serviços a Faturar: exibiu decréscimo de 24% em setembro e acréscimo de 35% em outubro, decorrente, em sua maior parte, dos recebimentos e medições realizadas das obras do DAER.

Adiantamento a Terceiros: compreende, unicamente, adiantamento a fornecedores (R\$ 729,4 mil). Os acréscimos consecutivos de setembro e outubro (37% e 92%), se deram pelos novos adiantamentos realizados. No mês de outubro, período que exibiu maior variação, os principais pagamentos antecipados foram para Avensi Construtora (R\$ 300 mil) o qual a empresa não explicou do que se trata; Softcont Serviços contábeis (R\$ 25,7 mil); e Trevisan Engenharia (R\$ 12 mil). Quando questionada sobre qual o motivo que a Softcont não está emitindo notas fiscais mensais, visto que o saldo acumulado é de R\$ 266,2 mil, a empresa não esclareceu. Ainda, não foi disponibilizado o relatório de adiantamentos, de controle interno. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado.

Demais Contas de valores a receber: engloba impostos a recuperar (R\$ 518,4 mil) e créditos a funcionários (R\$ 5,6 mil). A principal variação ocorreu em setembro, com acréscimo de R\$ 514,7 mil, decorrente da geração de impostos a recuperar sobre as notas do DAER. Em outubro, houve utilização de parte do saldo, para compensação dos impostos correntes, justificando o decréscimo de 4%.

Partes Relacionadas: compreende aportes concedidos para a CBG e apresentou acréscimo de 6% em cada mês analisado. O total do montante direcionado para a CBG em setembro e outubro foi de R\$ 1,5 milhão.

Investimentos: contempla contratos de empreitadas (R\$ 300 mil) referente a capitalização realizada na constituição da BGSE, dos contratos do DAER que estão em atividade.

Imobilizado: a variação dos períodos foi de decréscimo de 3% em cada mês e se deu pela depreciação mensal de R\$ 265,3 mil.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE

BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		ago/22	set/22	out/22
ATIVO	CIRCULANTE	2.938.340	3.954.263	4.916.088
	Disponível	513.692	1.421.708	1.485.687
	Contas a receber	6.000	6.000	6.000
	Serviços a faturar	2.112.463	1.602.564	2.170.788
	Adiantamentos a terceiros	277.047	380.131	729.458
	Demais contas e valores a receber	29.139	543.861	524.154
	NÃO CIRCULANTE	19.308.320	19.579.066	19.894.370
	Partes relacionadas	8.752.724	9.288.813	9.869.461
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	10.255.596	9.990.253	9.724.910
TOTAL DO ATIVO		22.246.660	23.533.329	24.810.458
BALANÇO PATRIMONIAL		ago/22	set/22	out/22
PASSIVO	CIRCULANTE	3.227.357	3.500.445	5.188.112
	Fornecedores	88.343	92.058	1.569.184
	Obrigações sociais e trabalhistas	220.946	202.138	201.908
	Obrigações fiscais	501.857	285.998	414.012
	Provisões	673.720	115.128	115.687
	Demais contas a pagar	602.963	602.963	615.083
	Parcelamentos	195.365	1.965.624	2.237.599
	Sociedade em conta de participação	944.163	236.536	34.640
	NÃO CIRCULANTE	561.431	561.431	255.341
	Parcelamentos impostos	561.431	561.431	255.341
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.539.189	19.471.452	19.367.005
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
	Lucros ou Prejuízos acumulados	529.189	529.189	529.189
	Resultado do exercício em curso	-	3.932.263	3.827.816
TOTAL DO PASSIVO		19.327.978	23.533.329	24.810.458

Fornecedores: a rubrica engloba, ao final de outubro, fornecedores (R\$ 158,5 mil), subempreiteiros (R\$ 1,3 milhões) e retenções contratuais para seguridade social (R\$ 56,8 mil). Os períodos apresentaram acréscimos, sendo o mais expressivo em outubro de R\$ 1,4 milhão, devido aos subempreiteiros contratados para os serviços realizados para o DAER. Em meio as principais contratações, estão as medições realizadas por Della Pasqua Engenharia (R\$ 762,4 mil), Avensi Construtora (R\$ 401,2 mil) e Hidrossinal (R\$ 171,5 mil) O relatório financeiro, de controle interno da empresa, não foi encaminhado. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado

Obrigações Sociais e Trabalhistas: os decréscimos apresentados nos períodos analisados, foram motivados pelos pagamentos de salários, férias e compensações de encargos. Contempla, principalmente, saldos de provisões (R\$ 148 mil), INSS (R\$ 35,3 mil) e salários e ordenados do mês (R\$ 14,1 mil). Destaca-se que não há salários em atraso.

Obrigações fiscais: compreende, principalmente, saldos em aberto de COFINS (R\$ 121,8 mil), ISS (R\$ 160,4 mil) e obrigações s/ faturamento diferido (R\$ 79,2 mil). Em setembro houve decréscimo de 43%, em sua maior parte, pela transferência de tributos para a rubrica de parcelamento. Contudo, em outubro verificou-se o estorno dos parcelamento, gerando aumento de 45%. Quando questionada pelo motivo do estorno dos parcelamentos realizados em setembro, a BGSE não se manifestou. Ainda, os comprovantes dos parcelamentos, não foram encaminhados.

Provisões: compreende provisões de imposto de renda e contribuição social s/ o lucro, que acumula saldos de R\$ 115,6 mil. Em setembro ocorreu retração expressiva de 83%, devido ao estorno das provisões de IRPJ do 1º, 2º e 3º semestre. Conforme esclarecido pela empresa, houve erro na apuração dos impostos sobre o lucro, pois estavam aplicando a alíquota de 32% e o correto seria 8%.

Parcelamentos: a rubrica contempla parcelamento de tributos, no curto e no longo prazo. Em setembro apresentou acréscimo expressivo de R\$ 1,7 milhão, referente ao parcelamento dos tributos federais realizados no mês. No entanto, os comprovantes dos parcelamentos não foram disponibilizados. Em outubro, houve transferências de valores do longo, para o curto prazo, justificando a variação

Sociedade em conta de participação: compreende saldo em aberto com a BGSE SCP A (R\$ 116,3 mil) e BGSE Construções SCP B (R\$ 120,1 mil). Setembro e outubro, exibiram decréscimos sucessivos de 75% e 85%, em sua maior parte, pelos pagamentos de fornecedores da Conpasul e transferência de saldo referente ao parcelamento dos impostos.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE BGSE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	ago/22	set/22	out/22	2022
Receita Bruta	2.118.463	1.608.564	2.176.788	12.876.650
Deduções sobre vendas	-126.271	-91.017	-144.576	-1.347.238
RECEITA LÍQUIDA	1.992.192	1.517.546	2.032.212	11.529.412
CUSTOS	-385.953	-356.244	-1.911.731	-4.592.065
CUSTOS DIRETOS	-366.851	-343.423	-1.893.955	-4.522.883
Materiais diretos	-50	-427	-7.355	-8.324
Mão de obra direta	-25.251	-21.851	-13.882	-76.727
Serviços empreitados	-4.886	-33.813	-1.382.752	-1.421.451
Equipamentos de produção	-336.665	-287.332	-489.966	-3.016.380
CUSTOS INDIRETOS	-19.102	-12.821	-17.776	-69.182
Material indireto	-551	-1.054	-351	-2.697
Mão de obra indireta	-63	0	0	-546
Outros custos indiretos	-18.488	-11.767	-17.425	-65.939
LUCRO BRUTO	1.606.239	1.161.302	120.481	6.937.346
DESPESAS	-260.332	-147.721	-224.929	-3.109.531
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-256.984	-188.219	-196.603	-2.308.903
Despesas com pessoal	-114.187	-74.173	-83.009	-916.151
Ocupação, comunicação e energia	-8.978	-9.161	-12.086	-99.754
Serviços de terceiros	-88.243	-64.216	-63.782	-772.785
Despesas c/ veículos adm.	-11.722	-5.950	-6.499	-116.087
Viagens e representações	-	-798	-1.107	-2.450
Outras despesas	-23.254	-26.032	-20.417	-304.320
Despesas não dedutíveis	-10.600	-7.889	-9.704	-97.357
EVENTOS FINANCEIROS	-2.608	-349.654	-27.882	-509.632
Despesas financeiras	-2.724	-349.654	-27.882	-509.911
Receitas financeiras	116	-	-	279
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-761	-1.659	-441	-9.036
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	22	24	-2	54
Imposto de Renda e Contribu. Social S/L	-	391.785	-	-282.014
RESULTADO	1.345.907	1.013.581	-104.448	3.827.815

Receita Bruta: setembro exibiu um decréscimo de 24% e outubro um acréscimo de 35%. A empresa informou que o aumento ou redução de receita em obras de construção civil, não implicam em novos contratos e sim em medições de trabalhos executados, que é a base do faturamento. As obras em andamento são de Ivorá e Tupanciretã.

Deduções sobre vendas: compreende, unicamente, impostos sobre vendas e serviço prestados e as variações foram proporcionais às receitas.

Custos: a principal variação ocorreu em outubro, com aumento de 437%, motivado pela contratação dos serviços empreitados para obra do DAER (R\$ 1,3 milhão) e equipamentos de produção (R\$ 489,9 mil). Em outubro, os custos representaram um percentual de 93% sobre as receitas líquidas. A Administração Judicial questionou sobre os motivos que levaram à representatividade expressiva sobre a receita líquida, contudo a empresa não esclareceu.

Despesas Gerais Administrativas: contemplam, em sua maior parte, despesa com pessoal, serviços de terceiros, outras despesas como legais e judiciais e refeições. Setembro exibiu decréscimo de 27%, principalmente, pela redução de despesas com pessoal (R\$ 74,1 mil) e serviços prestados por terceiros. As mesmas despesas ocasionaram acréscimo de 4% em outubro. As causas que geraram as variações, não foram esclarecidas pela BGSE. Em meio aos principais prestadores estão Rodrigo Souza Ataíde (R\$ 13,5 mil), GLH Controle, Planejamento e Estratégia (R\$ 12 mil) e Con-sul (R\$ 11,4 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 349.653,70 em setembro, principalmente pelas multas s/parcelamento (R\$ 293,3 mil), juros s/ parcelamento (R\$ 54,3 mil) e despesas bancárias (R\$ 1,1 mil). O mês de outubro exibiu prejuízo financeiro de R\$ 27.882,45, em sua maior parte, pelas multas s/ parcelamento (R\$ 76,4 mil), juros s/ parcelamento (R\$ 36 mil) e despesas bancárias (R\$ 1,1 mil).

Despesa tributária: compreende taxas (R\$ 1,3 mil) e IOF (R\$ 312,15), em setembro, período onde verificou-se valores mais expressivos.

Resultado: setembro apresentou lucro de R\$ 1.013.580,84, motivado pela redução dos custos e despesas. Além disso, o IR e CSLL apresentaram valor positivo no DRE. Conforme esclarecido pela empresa, houve erro na apuração dos impostos sobre o lucro, pois estavam aplicando a alíquota de 32% e o correto seria 8%. Em outubro, o resultado foi negativo de R\$ 104.447,62, resultante do aumento expressivo dos custos e despesas no mês. O ano de 2022 acumula lucro de R\$ 3.827.815,26.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC BGSE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

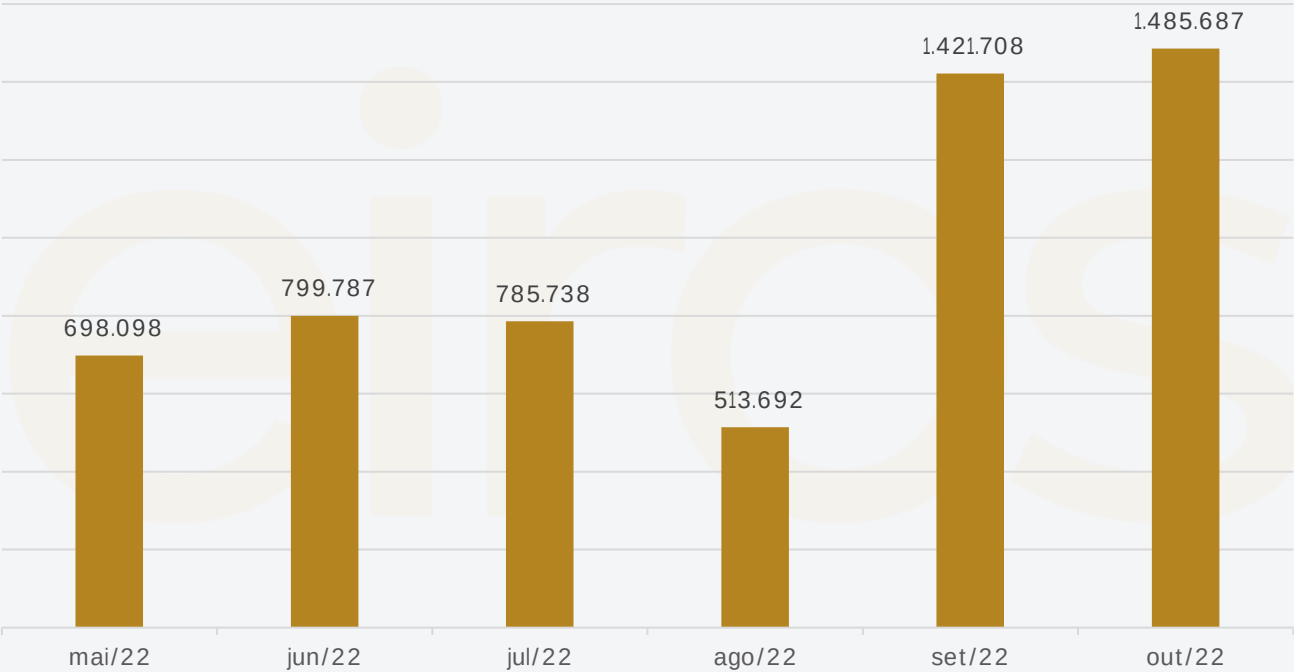
	ago/22	set/22	out/22
(+) Recebimento de Clientes	604.102	2.059.987	1.569.973
(+) Recebimento por Ressarcimento de Despesas	25	30	14
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-14.799	-103.405	-352.428
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-130.476	-119.430	-164.859
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-22.534	-22.746	-42.465
(-) Pagamento a Credores	-4.300	-4.300	-5.650
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-10.490	-9.736	-9.736
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-1.800	-62.721	-49.192
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-49.789	-11.937	-13.807
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-9.877	-4.080	-11.161
(-) Pagamento Fundo de Garantia	-3.135	-4.608	-3.589
(-) Pagamentos Locações e Aluguéis	-7.700	-7.763	-15.654
(-) Pagamento tributos Municipais	-	-786	-
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-	-6.834	-
(-) Pagamento Tributos Federais Retidos na Fonte	-495	-544	-544
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-921	-1.506	-601
(-) Pagamento Parcelamento Simplificado (Impostos e Previdência e FGTS)	-7.944	-36.126	-53.041
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	339.866	1.663.495	847.261
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.367	-1.171	-1.166
(-) Pagamento Juros e Multas	-1.345	-1.719	-1.467
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. após os Enc. Financeiros	337.153	1.660.605	844.627
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-	-
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-	-
(-) Pagamento Imobilizado de Pequeno Porte	-190	-	-
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	-701.857	-536.089	-580.648
(+/-) Recebimento/Pagamento Aporte de SCP	92.848	-216.500	-200.000
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-609.199	-752.588,83	-780.648
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-272.046	908.016,32	63.979
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	785.738	513.692	1.421.708
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	513.691,73	1.421.708	1.485.687

Atividade Operacional: o caixa operacional de setembro foi positivo de R\$ 1,6 milhão, especialmente pelo recebimento de clientes (R\$ 2 milhões). As principais saídas foram com fornecedores (R\$ 142,1 mil), adiantamento a fornecedores (R\$ 103,4 mil) e remuneração a empregados (R\$ 62,7 mil). Em outubro, os recebimentos de clientes (R\$ 1,5 milhão), motivaram o caixa operacional positivo de R\$ 844,6 mil. As saídas, em sua maior parte, foram com adiantamento a fornecedores (R\$ 352,4 mil), pagamento a fornecedores (R\$ 207,3 mil) e amortização de parcelamentos (R\$ 53 mil).

Atividade de financiamento: compreende, em sua maior parte, as transações de mútuo entre as partes relacionadas de valores concedidos para a CBG de R\$ 536 mil em setembro e de R\$ 580,6 mil em outubro, para cumprimento das suas obrigações mensais; e aporte de SCP de R\$ 216,5 mil e R\$ 200 mil, respectivamente nos períodos analisados.

O caixa líquido no final de outubro, foi de R\$ 1.485.687,34, que confere com o saldo das disponibilidades no ativo.

Evolução dos valores em caixa R\$

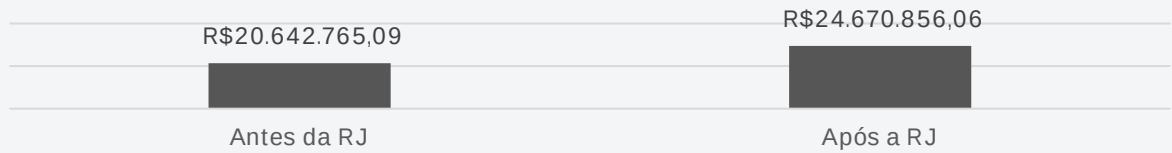


4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL

Dívida Tributária

A Companhia não apresenta regularidade fiscal, visto que não realiza o pagamento integral dos tributos. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até novembro de 2022, é de **R\$ 24.670.856,06**. De acordo com a empresa, no dia 30/04/2022, solicitaram na PGFN a transação individual para o parcelamento dos débitos tributários, previdenciários e FGTS, Apresentaram as garantias necessárias e estão aguardando a análise final para contratação do parcelamento. Na elaboração do relatório atual, quando questionada sobre o assunto, a Recuperanda não se manifestou.

Posição do Passivo Fiscal



O passivo tributário da BGSE, ao final de outubro/2022, era de **R\$ 2.953.769,54**. Em março/2022, ocorreu parcelamento de tributos. Os débitos negociados foram de PIS, COFINS, CSSL, IRPJ, IRPF e IOF. O valor devido era de R\$ 384,4 mil, que com a incidência de multas e juros, totalizou R\$ 470,9 mil. O montante foi parcelado em 60 vezes, com o primeiro pagamento para 31/03/2022. Em 27/09/2022, ocorreu novo parcelamento de PIS e COFINS, o qual a empresa não enviou a documentação pertinente, até a finalização deste relatório. Conforme demonstrações contábeis, em setembro houve parcelamento dos tributos e estorno dos mesmos em outubro. Contudo, quando questionada sobre as movimentações, a empresa não retornou. **Destaca-se que os comprovantes dos parcelamentos não foram disponibilizados, até a finalização deste RMA.**

PASSIVO TRIBUTÁRIO OUT/22	
IMPOSTO	VALOR EM ABERTO
NSS a recolher	35.370,21
FGTS a recolher	2.883,70
SSQN a recolher	160.421,43
PIS a recolher	29.829,50
COFINS a recolher	121.845,26
IRRF S/ trab. Assalariado a recolher	12.455,39
IRRF (demais IRRF) a recolher	9.948,64
IOF a recolher	277,91
COFINS s/ faturamento diferido	65.123,64
PIS s/ faturamento diferido	14.110,12
Parcelamento Simplificado Impostos	2.237.598,56
Parcelamento PGFN	8.564,37
Parcelamento de Impostos LP	123.264,64
Parcelamento simplificado de impostos LP	132.076,17
TOTAL	2.953.769,54

Bancos Credores Não Sujeitos à RJ

Segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: a CBG informou que está negociando 6 lotes da matrícula 2216 em Portão, e depende da individualização para fechamento da operação (aguardando a dispensa da certidão de tributos por parte do juiz para o RI de Portão emitir as novas matrículas).

Banco Fibra: a empresa informou em seus esclarecimentos que, receberam as matrículas 17.779 e 17.784 da individualização, e encaminharam ao banco para avaliação e seguimento na negociação da liquidação do saldo da garantia real.

Banco do Brasil: de acordo com a Recuperanda, os contratos de Finame com garantia de equipamentos foram executados por penhora em contas bancárias, desprezando a alienação dos bens. A empresa ingressou com ação judicial contra a extraconcursalidade dos contratos de Finame, pois o banco dispensou a garantia na ação de cobrança, e aguarda sentença do juiz.

Banco BIC: segundo a Recuperanda, com a rescisão unilateral do contrato do DNIT, que era a garantia do contrato firmado com Banco BIC, os valores deverão ser classificados como quirografários, devendo ser liquidados com a cessão de recebíveis, conforme prevê o Plano da RJ. A empresa apresentou manifestação nesse sentido diretamente à Administração Judicial, ao Banco BIC e também nos autos da recuperação judicial. No entanto, por se tratar de crédito bancário cuja sujeição ao PRJ depende de análise mais aprofundada, esta Administração orientou a Recuperanda a promover o competente pedido de retificação do quadro geral de credores, a fim de viabilizar a correta verificação do caso e possibilitar o contraditório pela instituição bancária. Ainda, nos próprios autos do processo, entendeu ser inviável o atendimento da pretensão da empresa sem eventual desconstituição dos termos do acordo, o que deveria ser discutido por ação própria. O Juízo determinou a intimação da Recuperanda para ciência e providências, não tendo deliberado sobre o mérito do pedido.

Banco Átria: o banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72



5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Proposta de Pagamento

CONDIÇÕES DO PLANO									
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	JUROS	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) mediante compensação de eventuais créditos; ii) recursos de caixa; iii) alienação de UPI.	Integralmente, até nov/18.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) dação em pagamento de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação da Matrícula 5.862.	Integralmente após dação dos lotes.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	-	-	-	-	(i) dação em pagamento de suas respectivas garantias, respeitados os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito.	Dação de garantia
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	240	Mensal	4% a.a.	TR	i) parcelas mensais; ii) reforços de pagamento com alienação e, conseqüente direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda.	Parcelada, em 240 meses
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios dos processos contra a Prefeitura de Porto Alegre.	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
TOTAL									



5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RESUMO DE PAGAMENTO

Prestação de Contas

Abaixo segue resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM NOVEMBRO DE 2022				OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	
Art. 83, VIII	-	-	-	1.273.874,06	-	-	1.273.874,06	André Loiferman
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil - líquidos	nov/17	nov/18	6.099.664,35	4.408.442,62	1.573.336,66	-	-
	Créditos de até R\$ 70 mil - ilíquidos	-	-	640.338,45	397.230,38	243.108,07	-	Os pagamentos referem-se aos credores com data incorreta na certidão, mas que foram pagos pela CBG.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	12.027.980,40	4.558.184,80	7.469.795,60	-	A empresa encaminhou os termos de cessão e quitação antecipada de 14 credores trabalhistas, contudo, considerando que o plano de loteamento não foi finalizado, esta Administração Judicial entende pertinente ter como quitados os créditos somente após a cessão definitiva.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	9.118.235,98	-	9.118.235,98	-	Ainda não houve formalização da dação em pagamento das respectivas garantias.
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	542.723,49	423.120,82	145.291,21	-	A Recuperanda realizou a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros. A atualização foi paga, parcialmente, em junho/2022.
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	42.262.034,67	-	2.393.333,33	39.868.701,34	O valor em atraso contempla 55 parcelas em atraso relativo ao credor Banrisul S/A.
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	60.092.487,51	60.092.487,51	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão de créditos oriundos da ação judicial do DNIT e alienação das UPI's,
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	4.295.573,77	4.295.573,77	-	-	conforme prevê o Plano, portanto, os credores notificados foram considerados como pagos. Contudo, aguarda-se o leilão
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	37.159.299,97	37.157.406,23	1.893,74	-	das UPIs nos autos processuais para então serem
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	4.364.585,98	4.364.585,98	-	-	perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	256.767,39	202.092,92	85.649,51	41.420,97	A Recuperanda está realizando a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros, mas irá proceder com os cálculos de encargos e posterior pagamento da diferença. Assim, o valor em atraso contempla 58 parcelas de credores que não foram pagos e a correção monetária de todos os créditos.
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	7.269.107,83	7.269.107,83	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios a todos os credores, de acordo com comprovações enviadas à Administradora Judicial. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
TOTAL				185.402.673,85	123.168.232,86	21.030.644,10	41.183.996,37	





ANEXOS



I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CBG DE NOVEMBRO/2022

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BGSE DE SETEMBRO E
OUTUBRO/2022



medeiros²
administração judicial



 **0800 150 1111**

 **+55 51 99871-1170**

PORTO ALEGRE

Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900 - 701
RS - CEP 91330-001

NOVO HAMBURGO

R. Júlio de Castilhos, 679, Salas 111 e 112,
RS - CEP 93.510-130

CAXIAS DO SUL

Av. Itália, 482/501, Ed. Doménica Verdi
RS - CEP 95010-040

BLUMENAU

Rua Dr. Artur Balsini, 107, BBC Blumenau
Bairro Velha - CEP: 89036-240

RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda, 86 - 2º andar, Ed.
Galeria Sul América Seguros
Bairro Centro - CEP: 20091-005

SÃO PAULO

Av. Brig. Faria Lima, 422L 1º andar
Bairro Itaim Bibi - CEP: 04538-133

CONSTRUTORA BRASILIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE NOVEMBRO 2022

ATIVO

	11-2022	12-2021
CIRCULANTE		
Disponível	5.379,85	3.802,40
Aplicações financeiras	-	1.374,72
Contas a receber	18.681.422,08	18.551.422,08
Serviços a faturar	11.865.891,30	11.865.891,30
Estoques	40.816,78	40.816,78
Adiantamentos a Terceiros	3.128.740,98	3.201.654,63
Outros Crédidos a Receber	946.791,15	945.692,89
Total do ativo circulante	34.669.042,14	34.610.654,80
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.480.311,84	2.506.214,76
Partes relacionadas	2.480.188,46	1.990.213,57
Investimentos	15.538.858,60	15.538.858,60
Imobilizado	8.258.068,50	8.258.068,50
Total do ativo não circulante	28.757.427,40	28.293.355,43
TOTAL DO ATIVO	63.426.469,54	62.904.010,23

Handwritten signature

CONSTRUTORA BRASILIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE NOVEMBRO 2022
PASSIVO

	11-2022	12-2021
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	3.310.890,46	3.310.890,46
Fornecedores	5.189.543,54	5.202.154,63
Obrigações sociais e trabalhistas	6.143.656,74	6.443.476,50
Provisões Trabalhistas	16.560,32	-
Obrigações fiscais	2.938.680,22	2.924.630,36
Parcelamentos Simplificado	915.550,87	905.135,81
Parcelamentos Pert	2.523.968,79	2.523.968,79
Parcelamentos Municipais	64.361,74	97.844,12
Parcelamentos PGFN	31.658,78	
Demais contas a pagar	1.773.743,91	2.296.873,38
Total do passivo circulante	22.908.615,37	23.704.974,05
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	2.555.000,59	2.555.000,59
Fornecedores	132.039,73	132.039,73
Obrigações sociais e trabalhistas	557.191,68	518.801,64
Obrigações fiscais	3.490.458,45	3.313.810,49
Parcelamento Impostos PERT	7.745.080,68	7.528.192,94
Parcelamentos Simplificado	838.418,99	838.418,99
Partes relacionadas	18.914.659,44	14.529.364,04
Total do passivo não circulante	34.232.849,56	29.415.628,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47
Prejuízos acumulados	(36.898.662,71)	(36.782.606,95)
Resultado do Exercício em Curso	(3.498.403,15)	(116.055,76)
Total do patrimônio líquido	6.285.004,61	9.783.407,76
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.426.469,54	62.904.010,23



CONSTRUTORA BRASILIA GUAÍBA
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE NOVEMBRO 2022

	11-2022	12-2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.641.174,39	2.761.922,76
Tributos e deduções de vendas	(107.756,80)	(205.625,07)
Receita operacional líquida	1.533.417,59	2.556.297,69
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(1.871.073,00)	(5.520.805,45)
LUCRO BRUTO	(337.655,41)	(2.964.507,76)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(2.127.679,39)	(2.502.895,48)
Outras receitas (despesas) operacionais	35.438,67	(1.677.966,61)
Despesas Tributárias	(89.435,80)	(99.916,47)
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	(2.519.331,93)	(7.245.286,32)
Receitas financeiras	3.438,83	8.214.444,03
Despesas financeiras	(982.510,05)	(1.085.213,47)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	(3.498.403,15)	(116.055,76)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.498.403,15)	(116.055,76)


Construtora Brasília Guaíba Ltda
Em Recuperação Judicial
André Loiferman CPF 354.259.200,59
Diretor Presidente


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE SETEMBRO



ATIVO

CIRCULANTE

Disponível
Contas a Receber
Serviços a Faturar
Adiantamento a Terceiros
Demais Valores a Receber
Total do ativo circulante

	09-2022	12/2021
	1.421.708,05	1.805.659,56
	6.000,00	-
	1.602.563,52	-
	380.130,67	252.532,50
	543.860,50	71.607,27
	3.954.262,74	2.129.799,33

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo
Deposito Judiciais
Partes Relacionadas
Investimentos
Imobilizado
Total do ativo não circulante
TOTAL DO ATIVO

		268,00
	9.288.812,97	3.799.030,07
	300.000,00	304.500,00
	9.990.252,94	12.305.567,53
	19.579.065,91	16.409.365,60
	23.533.328,65	18.539.164,93

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'NR', is located in the bottom right corner of the page.

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE SETEMBRO



PASSIVO

CIRCULANTE

	09-2022	12/2021
Fornecedores	92.058,43	222.701,28
Obrigações Sociais e Trabalhistas	202.138,09	118.944,41
Obrigações Fiscais	285.998,48	285.393,04
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	115.127,73	33.483,65
Parcelamento	1.965.623,52	84.696,14
Demais Contas a Pagar	602.962,74	611.512,75
Sociedade em Conta de Participação	236.535,98	1.336.301,34
Total do Passivo circulante	3.500.444,97	2.693.032,61

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO

Partes Relacionadas		51.602,51
Parcelamento	561.431,24	255.340,81
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	561.431,24	306.943,32

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuizos Acumulados	529.189,00	432.560,99
Lucro do Exercício	3.932.263,44	96.628,01
Total do patrimônio líquido	19.471.452,44	15.539.189,00

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	23.533.328,65	18.539.164,93
--	----------------------	----------------------

Handwritten signature in blue ink.

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE SETEMBRO



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	09-2022	12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.699.861,43	8.676.282,93
Tributos e deduções de vendas	(1.202.661,77)	(671.335,02)
Receita operacional líquida	9.497.199,66	8.004.947,91
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(2.680.183,74)	(6.873.062,11)
LUCRO BRUTO	6.817.015,92	1.131.885,80
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(2.112.449,87)	(891.626,02)
Outras receitas (despesas) operacionais	55,60	(1,78)
Despesas Tributárias	(8.594,70)	(4.268,53)
Receitas financeiras	278,95	22.203,49
Despesas financeiras	(482.028,53)	(128.081,30)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	4.214.277,37	130.111,66
Imposto de Renda e Contrib. Social	(282.013,93)	(33.483,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.932.263,44	96.628,01


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE OUTUBRO



ATIVO

CIRCULANTE

	10-2022	12/2021
Disponível	1.485.687,34	1.805.659,56
Contas a Receber	6.000,00	-
Serviços a Faturar	2.170.788,26	-
Adiantamento a Terceiros	729.458,41	252.532,50
Demais Valores a Receber	524.153,62	71.607,27
Total do ativo circulante	4.916.087,63	2.129.799,33

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Deposito Judiciais		268,00
Partes Relacionadas	9.869.460,82	3.799.030,07
Invetimentos	300.000,00	304.500,00
Imobilizado	9.724.909,56	12.305.567,53
Total do ativo não circulante	19.894.370,38	16.409.365,60
TOTAL DO ATIVO	24.810.458,01	18.539.164,93

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE OUTUBRO



PASSIVO

	10-2022	12/2021
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.569.184,16	222.701,28
Obrigações Sociais e Trabalhistas	201.908,08	118.944,41
Obrigações Fiscais	414.011,89	285.393,04
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	115.687,11	33.483,65
Parcelamento de Tributos	2.237.598,56	84.696,14
Demais Contas a Pagar	615.082,74	611.512,75
Sociedade em Conta de Participação	34.639,83	1.336.301,34
Total do Passivo circulante	5.188.112,37	2.693.032,61
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Partes Relacionadas		51.602,51
Parcelamento de Tributos	255.340,81	255.340,81
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	255.340,81	306.943,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuizos Acumulados	529.189,00	432.560,99
Lucro do Exercício	3.827.815,83	96.628,01
Total do patrimônio líquido	19.367.004,83	15.539.189,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.810.458,01	18.539.164,93

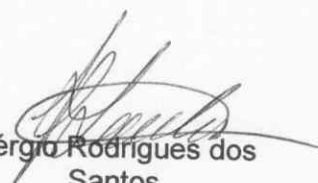
BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE OUTUBRO



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	10-2022	12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Tributos e deduções de vendas	12.876.649,69	8.676.282,93
Receita operacional líquida	(1.347.238,18)	(671.335,02)
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	11.529.411,51	8.004.947,91
LUCRO BRUTO	(4.591.914,66)	(6.873.062,11)
RECEITAS (DESPESAS)	6.937.496,85	1.131.885,80
Despesas gerais e administrativas	(2.309.053,33)	(891.626,02)
Outras receitas (despesas) operacionais	53,95	(1,78)
Despesas Tributárias	(9.035,73)	(4.268,53)
Receitas financeiras	279,00	22.203,49
Despesas financeiras	(509.910,98)	(128.081,30)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	4.109.829,76	130.111,66
Imposto de Renda e Contrib. Social	(282.013,93)	(33.483,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.827.815,83	96.628,01


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sérgio Rodrigues dos
Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716